

Debate

O meu nome é **João Curado**. Na sequência da exposição feita pelo doutor Rui Alarcão, gostava de apresentar dois considerandos e depois fazer uma interrogação.

O doutor Rui Alarcão na sua exposição disse que nos últimos 30 anos, um terço da população passou para dois terços da população na sua democratização. Depois, mais à frente, acrescentou que tal se deve ao efeito da globalização. Este é o primeiro considerando.

Segundo considerando: em Portugal nos partidos políticos, e em particular nos partidos políticos que fazem a alternância do poder político, o poder muitas vezes encontra-se, verifica-se, constata-se na realidade que se encontra no poder partidário. Poder partidário este que, por sua vez, se pode considerar paralelo, confundir-se com o poder democrático, opondo-se muitas das vezes à própria democracia.

O doutor Rui Alarcão também disse que dois terços dessa democracia, em boa verdade não é uma democracia real, na medida que é uma espécie de democracia burocrática. A questão que eu ponho, a interrogação que eu deixo no ar é: será que Portugal está no bom caminho?

O meu nome é **Henrique Velez**, já intervim uma ou duas vezes, mas estamos numa casa de diálogo e discussão e eu penso que facilmente e rapidamente direi o que pretendo. Houve alguém em tempos que disse muito claramente que o 25 de Abril já tinha sido há 20 anos. Esse mesmo alguém disse mais tarde que os próximos 50 anos seriam o século dourado. Eu penso apenas que o problema maior para este país se trata não do século dourado, dos 20 ou 30 anos do 25 de Abril, mas talvez mesmo os nossos filhos. Obrigado meus senhores por terem cá estado.

O meu nome é **Álvaro Fernandes**. Queria deixar aqui uma questão, dirigindo-me pessoalmente ao meu camarada Pezarat Correia. Suponho que estamos todos de acordo, especialmente com a fase final da sua exposição, quando diz que o que precisamos é de melhor democracia. Mas a questão que aqui levanto e nós sabermos o estado da democracia portuguesa. Eu chamaria a atenção para os considerandos, são intervenções frequentes do senhor provedor de Justiça que depois não se vê que tenham grande sequência, que isso seja levado em consideração pelos governantes.

Sabemos que temos um Governo, designado acho que é esse o termo, designado através de um fórum, nós aqui também podíamos designar qualquer coisa, agora escolhermos entre nós um primeiro-ministro e propormos ao Presidente da República que o designasse, seria uma ideia interessante a sair deste congresso. E se calhar com melhores resultados para Portugal do que este Governo tem feito. Portanto, essa posição do Presidente da República perante tudo o que passa, vemos um ministro das Finanças dizer que é mentira quem diz que vão baixar os impostos, mas quem diz que vão baixar os impostos é o primeiro-ministro. Isto é um bocado surrealista, caricato, uma anedota. Qualquer semelhança do funcionamento deste Estado, neste momento e um regime democrático parece-me que é apenas uma coincidência, uma formalidade.

Além disso, outra coisa que deixo à consideração do general Pezarat Correia: como é que podemos ter melhor democracia sem alterarmos, por exemplo, a Lei dos Partidos Políticos, permitindo que os deputados, o legislativo não passe. Faz-me lembrar a administração pública altamente disciplinada, como nós militares sujeitos a um regulamento de disciplina militar. Porque aquela gente parece um coro afinadinho, a única história que me lembro a divergir das directivas do partido, do senhor presidente ou secretário do partido, foi aquela famosa história do queijo Limiano do orçamento de Estado. Como é que podemos avançar para melhor democracia, com os partidos a funcionarem como funcionam, com os deputados a sentarem-se e levantarem-se sem sequer sabermos o que pensam ou o nome deles? Obrigado.

Muito obrigado. **Rogério Brito**. Eu julgo que sem descurar e minimizar todas as grandes conquistas destes 30 anos vividos pós-25 de Abril de 1974, que não será hoje manifestação de particular pessimismo, dizer que há um processo regressivo em muitos dos aspectos fundamentais que constituem a base da própria democracia. Julgo que se reconhece que estão hoje postas em causa conquistas, que poderíamos dizer mesmo civilizacionais da Europa, designadamente dos direitos morais, da segurança social, da própria saúde, do direito ao ensino, no sentido da formação da construção do homem do pensamento do saber. E isto não acontece por acaso, tem que ver também com o acinzentamento da vida político partidária, por razões diversas. Julgo que é cada vez mais difícil e, sobretudo em relação aos partidos políticos, que exercem o poder sem regra, em alternância, diferenciar já hoje, senão no discurso pelo menos na prática, a diferença do ponto de vista ideológico, do ponto de vista substantivo, que afirma as suas diferenças. Isto tem a ver com a afirmação de que se perdeu algo da democracia, com o processo de integração europeia, por força porventura de uma série de constrangimentos que foram criados do ponto de vista da política económica, do ponto de vista do direito internacional.

Esta questão provavelmente passava por o não cumprimento também das promessas, dos compromissos que os partidos normalmente assumem perante os cidadãos. E os cidadãos estão confusos com isto e uma primeira reacção pode ser do voto da abstenção. Há uma outra bem mais perigosa ainda que é a do desinteresse perante a coisa pública, e a afirmação e o exercício da cidadania, da participação. E numa situação destas há uma fragilização da democracia.

Ou seja, ela fragiliza-se do ponto de vista da sua legitimidade representativa, e por outro lado fragiliza-se porque perde uma componente que é um alicerce mental que é a democracia participativa. E eu penso que é necessário recuperar isto, se ainda a utopia permita isto, é necessário recuperar o sentido da ética, a dimensão da ética no exercício da própria política e aqui o mercado assume-se hoje na prática como uma nova forma de afirmação de uma ideologia única, que se sobrepõe a tudo que seja direito sociais, que se sobrepõe à própria dimensão humanista e à solidariedade, das comunidades humanas.

E a mim é um aspecto que me parece profundamente preocupante, isto tudo para concluir, para dizer, não se falou aqui, mas eu penso que há um papel principal a esperar das organizações sociais, dos sindicatos, de forças

que sejam capazes de ajudar a globalizar a luta pelos direitos sociais, pelos direitos humanos, pela paz, pelo progresso. Para que no fim de contas se possa combater a globalização das grandes transnacionais e do grande capital. Nós hoje temos mais pobreza no mundo, temos um maior fosso entre ricos e pobres, temos a maior concentração dos ricos e curiosamente não temos sequer mais paz. Vale a pena continuar a procurar, a buscar os caminhos da democracia, mas eles exigem uma capacidade efectiva das forças do progresso se entenderem e procurarem construir uma frente de unidade naquilo que é fundamental, para efectivamente conquistar os direitos fundamentais.

Boa tarde. Gostei muito de todas as intervenções. **Arnaldo Ribeiro**, de Viana do Castelo.

Eu gostei muito de ter estado convosco estes três dias. Foi uma oportunidade para revermos algumas pessoas e debatermos um tema que a mim também me é caro, que é a participação do cidadão na democracia. Mas para sublinhar o excelente trabalho do professor Lincoln que nos trouxe uma visão de alguém de fora, se me permite esta expressão, mas é muito interessante, vir alguém que nos traz a nossa realidade à luz da sua experiência e do seu estudo. Gostei muito da forma como apresentou as grandes balizas da nossa história colectiva e também da comparação que teve a oportunidade de fazer, com Espanha.

O iberismo e a nossa atracção pela Europa, com a nossa integração desde 86. Levantou-se-me uma questão que lhe quero colocar: como é que explica, apesar das nossas diferenças e temos diferenças históricas e económicas com Espanha, como é que nós estamos com um atraso económico, reconhecido e conhecido a nível europeu, e Espanha está num patamar diferente de crescimento e desenvolvimento, com indicadores, inclusive, na minha perspectiva que podem prenunciar a ascensão de Espanha a um nível acima da média comunitária. Não sei se daqui a uns 10, 15 anos estará mesmo no topo, dos países. E como é que Portugal não conseguiu dar o passo apesar de nós não termos tido no passado recente uma guerra civil, que Espanha teve; como é que explica que estejamos na cauda da Europa dos 25, em relação à economia quando até há pouco tempo tínhamos um império, e Espanha perdeu o seu há muito tempo. Como é que os espanhóis conseguiram dar o salto e o que é que a nós falta ou podemos agourar um melhor futuro próximo? Gostaria muito de ouvir a sua opinião e agradecer ao general Pezarat Correia por ser aquela pessoa que nos dá alento nas suas intervenções e de saber que há pessoas lúcidas que podem nos indicar outros caminhos. Muito obrigado.

Moderador

O nosso tempo chegou ao fim e eu pedia ao senhor professor Rui Alarcão se esclarecia o nosso interveniente João Grave sobre a intervenção que fez.

Rui Alarcão

Bom, eu julgo que não disse ou pelo menos não pretendi dizer, que aquele aumento da democracia no mundo se deve à globalização. Há aqui uma convergência, não há propriamente uma relação de causa e efeito. Mas disse e isso sim, como foi salientado que de facto há diferentes modelos e graus de

democracia. Mas eu prefiro um pouco a opinião daqueles que dizem que o caminho para a democracia, já é democracia. Este 1/3 para 2/3, não sei como foi calculado, mas já tem elementos democráticos, já é um caminho para a democracia.

Quanto à questão de saber, ou quanto há pergunta final se Portugal está no bom caminho? Eu gostava de dizer o seguinte: não sou apoiante deste Governo, por isso está implícito que não vou explicitar mais uma resposta a essa pergunta. Mas também gostava de salientar que sou daqueles que têm uma grande preocupação de não contribuir para aquilo que os antigos diziam “bello omnium erga omnes”, a luta de todos contra todos, e preocupa-me que na nossa sociedade haja às vezes isto. É muitas vezes, a luta de todos contra todos. Nós temos que encontrar, apesar das nossas divergências alguma comunidade de caminhos. E aí é que aparece essa ideia da contratualização sócio-política de que eu falei.

É claro que o tema que eu escolhi é demasiado vasto para 15 minutos, talvez eu portanto tivesse aberto o apetite, mas não dei a refeição. Mas a agora diria muito brevemente que é preciso encontrarmos áreas, por exemplo a área da justiça, é fundamental encontrar determinados aspectos comuns. Por exemplo, a ideia da contratualização sócio-política em matéria de leis. Eu sou muito crítico da forma como se fazem as leis no nosso país e em que se invoca muitas vezes uma legitimidade formal, que existe e ninguém contesta, mas se nós para fazermos às vezes um contrato temos um período preparatório enorme, porque é que uma lei que é muito mais importante, se há-de invocar só uma legitimidade formal? E eu sou partidário que se resolvam os problemas antes, porque o facto de uma lei ter legitimidade formal, que ninguém contesta, não implica que tenha um processo de elaboração amadurecido com legitimidade material. A lei existe, é formalmente legitimada e destina-se a ser desobedecida. Ou pelo menos a dar na sua aplicação, sarilhos imensos. E lembro um ilustre advogado que uma vez disse, um pouco na linha de que eu disse, que temos leis a mais, nós não sofremos de falta de leis mas de fatura delas, em geral. Nalguns casos não será assim. Em que ele dizia; nós realmente em Portugal temos leis a mais, felizmente que muitas delas nem chegam a ser aplicadas. Temos que na feitura das leis criar um processo preparatório, de harmonia com a teoria da legislação, que permita que a lei quando é publicada e promulgada, além da legitimidade formal que já tem, tenha uma legitimidade material. Porque assim a lei tem condições de ser obedecida e perder-se algum tempo neste processo de elaboração vai depois ser ganho no fim, porque há aceitabilidade das leis, pois além de ser aplicada tem de ser aceite e isso não é só garantido pelo aspecto formal.

Na área das leis de educação, eu vejo falar-se excessivamente, das propinas. Isso agora não é a questão mais importante. Muito mais importante agora é saber quais são as alterações que se pretende fazer na Lei da Autonomia. Isso é que é extremamente importante para o futuro próximo, e quase para o presente. Muito mais importante de que aquelas questões que andam aí.

A contratualização, de facto, é uma forma de encontrarmos os bons caminhos, é uma utopia. Eu como bom europeu que prezo-me de o ser (a Europa tem um pensamento utopista fundamental, como sabemos). E desde que se faça a distinção entre utopia ficção, que não me interessa, da utopia pragmática ou realista, que essa realmente pode fazer-se. Eu costumo lembrar

a questão de Timor. Houve muito tempo em que nas mais altas instâncias do poder político não se acreditava muito que houvesse a independência de Timor, mas aconteceu. O Nelson Mandela esteve 29 anos preso, pouco tempo depois era Presidente da República e portanto vamos acreditar nessa utopia, vamos também ter um certo optimismo, e uma certa relação de confiança sem a qual nada se pode fazer. Muito obrigado.

Tem a palavra o general Pezarat Correia para responder a Álvaro Fernandes.

O Álvaro Fernandes colocou umas questões que, ao fim ao cabo, só me levam a reforçar, aquilo que foi o tema central da minha comunicação. Chamou ao actual Governo, o Governo designado, e ao chamar-lhe isso veio exactamente contribuir para a minha tese de que neste momento a perversão da democracia, já não incide prioritariamente ou exclusivamente na sua componente funcional, mas começa também a incidir na sua componente genética. Só que quando a perversão da democracia incide na componente genética ela tem imediatamente duas consequências. É a consequência evidentemente da sua ilegitimidade natural, mas é que depois vai também, pular por fora das circunstâncias, incidir na sua ilegitimidade funcional. Porque um Governo que chega ao poder com uma legitimidade genética contestada, vai fundamentalmente incidir as preocupações no sentido de criar condições para que possa ser legitimado à posteriori. E portanto vai viciar a sua prática, vai viciar todo o seu comportamento.

Mas quando o Álvaro Fernandes põe a sua segunda questão, essa já é de muito mais difícil abordagem. É como melhorar a democracia com o actual regime de partidos? Eu não os ponho em causa, longe de mim pelo contrário, antes do 25 de Abril sempre partilhei estas preocupações da existência dos partidos. Os partidos são uma componente fundamental da democracia, até porque são a forma natural onde os cidadãos se associam, para participar na vida política. Agora o problema que se coloca é que (...) Fim da cassete (...) e isto não é em relação ao partido A, B ou C, é à generalidade, é quando a vida partidária se transforma em partidocracia, e eu incluo na partidocracia o problema da disciplina partidária levada às últimas consequências, em que por respeito às hierarquias, às decisões, das hierarquias partidárias, se chega mesmo a alienar as suas próprias consciências. De tal maneira o que se verifica dentro dos partidos, esta rigidez da democracia partidária, faz com que de uma maneira geral as opiniões divergentes passem de uma maneira geral pelas dissidências, pelas rupturas, o que mostra a falta de espaço natural para as divergências poderem ser colocadas dentro do próprio espaço partidário. E para que não se pense que dentro da minha crítica estou só a incidir, sobre o Governo actual, eu chamo aqui a atenção para um exemplo, ainda bem recente, que na minha opinião é lapidar. Refiro-me ao tempo dos regimes anteriores do Partido Socialista, as célebres questões sobre a maioria do queijo Limiano. Como se sabe, as maiorias do queijo Limiano passaram pela tentação de negociações pouco claras de captação de um voto, porque se lembram havia uma paridade em termos de número de deputados e havia a necessidade de captar um voto, para ter uma maioria para conseguir a passagem do Orçamento na Assembleia, que era decisivo. Ora, em minha opinião, foi dos momentos mais funestos para o Governo socialista, que tantas coisas boas tinham trazido, mas aquela foi dos momentos mais funestos.

E se nós falarmos com a grande maioria, pelo menos eu com os meus amigos do Partido Socialista, raro são aqueles que hoje não criticam a prática, do queijo Limiano. Naquela altura bastava um deputado do Partido Socialista ter avisado a sua direcção do partido, dizendo assim, eu por aí não vou, eu voto contra. E a tática do queijo Limiano tinha caído à partida. Todos aceitaram claramente esta decisão partidária e, em minha opinião, foi das manifestações mais perversas e com resultados mais funestos da tal chamada partidocracia.

Portanto, concordo como, mas para isso infelizmente não tenho resposta porque se calhar já tinha formado um partido. Não, não tenho resposta, agora o que eu penso e aqui estou com o professor Rui Alarcão, apesar de não ter respostas vale a pena pensar que isto é necessário conseguir. Por isso vale a pena prosseguir a busca de pesquisa de inquietação de reflexão de perguntas de debate para se chegar a melhor soluções. É por isso que eu digo, o que é preciso é melhor democracia.

Lincoln Carvalho Secco

Eu agradeço em primeiro lugar bastante a pergunta, na verdade é uma pergunta bastante complexa, que exigiria uma aula de história. E eu também gostaria de dizer que eu me confundi um pouco aqui ao ler o texto porque estou habituado a dar aulas na universidade de São Paulo e as nossas aulas são de 4 horas. Aqui falar em 10 minutos, é uma coisa quase impossível, para um professor.

Sobre a questão da Espanha nós temos que lembrar que existe, que há papéis históricos que diferenciam profundamente Espanha de Portugal, como muitos sabem. Em primeiro lugar, Espanha conta com o País Basco e a Catalunha, e a Catalunha passou pela sua revolução industrial, o seu grande impulso industrial já na segunda metade do século XVIII, além das dimensões maiores do Estado espanhol, a Catalunha pôde catalisar uma retomada do desenvolvimento económico, já durante o franquismo nos anos 60. Talvez, o facto da Espanha ter perdido o seu império muito antes fez com que a sociedade se voltasse para dentro, para a discussão dos seus problemas. Esse conceito de hispanidade, quando é gerado no final do século XIX, é uma reacção da sociedade espanhola, discutindo a sua identidade perante a perda do império.

Mas Portugal perdeu o império há tão pouco tempo, e esse terceiro império português, não sei se os historiadores de cá chamam assim, mas esse terceiro império português, se discute se tinha uma funcionalidade económica para Portugal ou se era apenas um império de prestígio. A questão agora para os Portugueses, vejo que para os Portugueses é como ter essa reacção que os Portugueses tiveram há 100 anos atrás e não agora, que é rediscutir a sua identidade e, pior ainda, rediscuti-la num momento que Portugal ingressa numa ordem supranacional, é mais problemático ainda. Mas os Portugueses já passaram por problemas muito mais graves na sua história e superaram.

Moderador

Quero agradecer a todos os ilustres oradores que intervieram neste painel para ajudar a esclarecer a situação da democracia portuguesa, hoje. E traçar pistas para a sua melhoria no futuro e agradecer também à ilustre assistência o interesse com que seguiu as palavras dos nossos oradores e

também a demonstração de interesse pela matéria que tiveram, ao propor questões e ao debater as ideias postas pelos nossos oradores.

A todos o meu obrigado.